Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Pará
Belém-Pará-Brasil

Revista Cocar, Belém, V.24, N.42, p. 01-20, 2026 ISSN: 2237-0315

Políticas públicas de alimentação escolar no IFPA *campus* Bragança - EPT na Amazônia

School Feeding Public Policies at IFPA Bragança campus: Vocational and Technological Education in the Amazon Region

Nashara Gleyce Farias Leão
Sérgio Ricardo Pereira Cardoso
Instituto Federal do Pará (IFPA)
Bragança/PA - Brasil

Resumo
A presente pesquisa foi realizada no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. O objetivo da pesquisa foi investigar como se desenvolveu a dimensão da alimentação escolar no IFPA *campus* Bragança ao longo dos seus 15 anos (2008-2023). A metodologia de análise considerou a dialética de documentos, normativas e referências bibliográficas que tratam sobre assistência estudantil e alimentação escolar, para construir a histórica sobre alimentação escolar a partir dos materiais consultados. Utilizou-se a técnica de análise de dados da Análise Textual Discursiva (ATD), para fragmentar, depois reorganizar os pedaços da história. Após esse processo, a história da dimensão da alimentação, por meio das políticas públicas, demonstrou uma evolução, para o que hoje se materializa em um atendimento universal com a refeição ofertada todos os dias aos discentes.
Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Assistência Estudantil; Alimentação.

Abstract
This research was conducted within the scope of the Professional Master's Program in Professional and Technological Education - ProfEPT and aims to investigate the development of school feeding policies at the Federal Institute of Pará (IFPA), Bragança campus, over its 15 years of existence (2008–2023). The research methodology involved a dialectical analysis of documents, regulations, and bibliographic references related to school feeding and student assistance, in order to construct a historical account based on the examined sources. The Discursive Textual Analysis (DTA) technique was employed to fragment and then reorganize the historical elements. The findings reveal the evolution of public policies on school feeding at the campus, culminating in the current universal provision of daily meals to students.
Keywords: Vocational and Technological Education; Student Assistance; School Feeding.

Introdução

A dados apresentada aqui integra parte de uma pesquisa maior realizada através do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. Encontra-se na linha de pesquisa 2, Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, macroprojeto 4 - História e memórias no contexto da Educação Profissional e Tecnológica - EPT.

No Brasil, as políticas públicas que podem ser consideradas conquistas sociais são fruto de grandes lutas e longas trajetórias que se assemelham aos temas alimentação e educação. Inclusive hoje, pode-se obter o título de detentor do maior programa de alimentação escolar do mundo, porém na realidade, a execução enfrenta muitas dificuldades na concretização das ações (Conceição, 2019; Kono; Luz, 2024).

Da mesma forma, através de grande mobilização de grupos defensores da educação de qualidade, a Assistência Estudantil, através do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, surge com o objetivo de inserção de mais pessoas nas universidades, com a possibilidade de serem instrumentos de promoção e garantia de direitos, no entanto, esse cenário surge como assistencialismo e limita-se a uma pequena parcela do público destinado (Correa, 2020).

Ambas as políticas, de assistência estudantil e alimentação escolar, são comprovadamente instrumentos importantes para oferta e garantia de acesso à alimentação de qualidade, além de possibilitar ações de educação em saúde, formação de hábitos saudáveis, fomento ao desenvolvimento sustentável e incentivo econômico local, e ainda, base para a garantia de educação de qualidade por assegurar o atendimento, com qualidade, de uma necessidade humana universal, assegurado por variadas esferas, exercício de cidadania e garantia de direitos.

Assim, a presente pesquisa almejou compreender como o IFPA *campus* Bragança, ao longo dos seus 15 anos (2008 - 2023), trabalhou as políticas públicas relativas à alimentação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA *campus* Bragança surgiu por meio da proposta de expansão através dos *multicampi,* almejando "o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social" (Pacheco, 2011, p. 14).

O IFPA *campus* Bragança, relacionado neste estudo, está localizado no município de Bragança, no Pará, distante cerca de 210 km da capital do estado do Pará. É um dos municípios mais antigos e mais importantes no contexto histórico, da região nordeste do estado, (Brito; Saraiva; Silva, 2019), devido seu posicionamento geográfico que servia de ponto terrestre final para as trocas comerciais via mar entre Belém - PA e São Luís – MA, através da Estrada de Ferro Belém Bragança – EFB esteve durante muitos anos no ápice da rota comercial da região (Ribeiro, 2018).

Considerando a matéria de estudo para além do campo fisiológico, a alimentação e sua relação com a educação profissional é trazida para o centro da discussão da pesquisa com o intuito de desvendar algumas variáveis que a envolvem no caminho que a entrelaça com a educação e o indivíduo ou a comunidade.

Neste sentido, registra-se e demonstra-se a importância de ações dentro da política de alimentação desenvolvida no IFPA *campus* Bragança, sua relação com as atividades educativas e sociais neste contexto.

Para atingir o objetivo da pesquisa, de investigar como se desenvolveu a dimensão da alimentação escolar no IFPA *campus* Bragança ao longo dos seus 15 anos (2008-2023), realizou-se levantamento de documentos institucionais visando identificar ações de promoção à alimentação escolar no período estudado.

Metodologia

Prodanov e Freitas (2013), a base lógica do método aplicado à esta pesquisa foi o dialético, caracterizado por um método integralizante da realidade, de interpretação dinâmica, no jogo da contradição em constante movimento integrado às dimensões sociais, políticas e econômicas do real. Mediante esta base, se levantou na pesquisa as questões conflitantes encontradas, bem como um olhar crítico se sustentou para analisar o passar do tempo e as evoluções e contradições história construída.

A pesquisa foi composta de fases de coleta bibliográfica e documental, através de abordagem predominantemente qualitativa, considerando a ideia de pesquisa que tem "o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo" (Prodanov; Freitas, 2013, p. 70).

Esta relação deve ser evidenciada no processo contínuo de transformação da construção dos pedaços da pesquisa, oriundos de diversos documentos, revelando a predominância qualitativa da abordagem aplicada.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP sob o número 7.158.807. Também foi autorizada a pesquisa pela instituição de ensino.

Os dados coletados foram analisados pela técnica de Análise Textual Discursiva (ATD) descrita por Moraes e Galiazzi (2006), a técnica "cria espaços de reconstrução, envolvendo-se nisso diversificados elementos, especialmente a compreensão de significados sobre os fenômenos investigados e a transformação do investigador" (p. 117), compreendendo as seguintes etapas: primeiro, a unitarização, que é basicamente a fragmentação dos textos em unidades de análise (palavras, frases, ou parágrafos) de transcrições das falas coletadas durante as etapas de entrevistas e grupo focal; segundo, a categorização, que faz o inverso, agrupando as unidades em categorias predefinidas ou emergentes, baseando-se em semelhanças e padrões, consiste em estabelecer relações, realizar a junção das unidades anteriormente fragmentadas por suas semelhanças, etapa na qual estabeleceu-se as categorias a priori. Por fim, a síntese, que produz de um metatexto, caracterizado pela captação do novo emergente, que resumiu o entendimento extraído da interpretação da pesquisadora do processo de desconstrução e reorganização das etapas anteriores. Desta forma, consolidam-se os resultados e apresenta-se interpretações aprofundadas sobre os fenômenos investigados.

Lócus da pesquisa

Atualmente na legislação, observou-se uma lacuna no que se refere aos Institutos Federais, o PNAE enquanto parte de política pública não traz somente recursos financeiros, mas também regras de como propiciar que se utilize a alimentação para além da nutrição orgânica, integrando aos processos e matérias educacionais, à construção do educando enquanto ser em construção e autoconhecimento, quanto ao incentivo à escolhas saudáveis e conscientes ambientalmente e socialmente, e ao fomento ao desenvolvimento econômico local (Brasil, 2009).

A lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Na caracterização dos Institutos Federais dentro da rede se classificam como pluricurriculares e multicampi, com cursos do ensino básico à pós-

graduação, sempre integrando tecnologia, ciência e cultura articulada ao trabalho (Brasil, 2008; Nascimento, Cavalcanti; Ostermann, 2020).

> A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações dos Institutos Federais afirmam, na missão dessas instituições, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social (Pacheco, 2011, p. 14).

O IFPA é uma instituição de ensino de público misto que atende educação básica com cursos técnicos integrado e subsequente ao ensino médio, educação superior por meio de graduação, licenciatura e tecnológicos, pós-graduação da especialização ao doutorado. É ligado ao Ministério da Educação, autarquia, tem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (Instituto Federal do Pará, 2024).

Figura 1: Foto aérea do IFPA *campus* Bragança

Fonte: ASCOM IFPA *campus* Bragança, S/D.

Em especial o IFPA *campus* Bragança, iniciando em estrutura cedida pela Prefeitura Municipal de Bragança, passou a ter unidade própria (Lima; Cardoso, 2021). Após a inauguração do bloco pedagógico e administrativo em 20 de outubro de 2011, continuou

recebendo investimento para a construção de outras estruturas como biblioteca, enfermagem, laboratórios, restaurante estudantil, quadra poliesportiva e outros.

As características da região, influência, demografia e questões socioeconômico cultural se tornou um fator estratégico para a instalação de um instituto federal de educação profissional e tecnológica, após uma disputa com municípios vizinhos, Bragança, após mobilização política local, foi a escolhida via edital da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC do Ministério da Educação - MEC, em 2007, para sediar uma Unidade de Ensino Descentralizada - UNED do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET - PA (Lima; Cardoso, 2021).

Dados coletados

A pesquisa se deu por meio de busca na base de documentos oficiais e consulta aos arquivos do Setor de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas do IFPA *campu*s Bragança.

Para tanto se seguiu a busca de resoluções e demais documentos normativos referentes à Assistência Estudantil no período de 2008 a 2023, no entanto, os arquivos físicos acessados continham somente documentos de 2012 a 2023. A complementação da busca se deu em *sites* oficiais, por meio de colaboração solicitada via e-mail para servidores que atuaram no período, solicitação ao Departamento de Assuntos Estudantis do IFPA, além do arquivo digital do Setor de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas.

Quadro 01: Documentos consultados

Documento	Ano
Plano de Trabalho da Assistência Estudantil	2015
Plano de Trabalho da Assistência Estudantil	2016
Plano estratégico de ações de permanência e êxito dos estudantes no IFPA/*campus* Bragança	2016
Editais de auxílios	2019
Processos de solicitação de auxílios	2013 a 2023
Resolução CONSUP IFPA nº 134/2012	2012
Resolução CONSUP IFPA nº 147/2016	2016
Resoluções CONSUP IFPA nº 07 e 08/2020	2020
Site IFPA *campus* Bragança	2009 a 2023
Site IFPA	2009-2012, 2013-2016, 2017-2020 e 2021-2024
Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013	2013

Fonte: Autores, 2026.

Realizou-se também o levantamento das informações oficiais através de documentação como resoluções do Conselho Superior (CONSUP) do IFPA, notícias

publicadas em site oficial, relatórios de gestão, Plano de Desenvolvimento do Campus (PDC) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Análise de dados

Após o levantamento e classificação inicial dos textos e outros documentos consultados procedeu-se à análise dos documentos coletados, seguindo o roteiro a seguir.

Nesta pesquisa as categorias a priori foram "Ações de assistência estudantil", "Ações para garantia de alimentação escolar" e "Políticas públicas voltadas para a alimentação escolar". Sem categorias emergentes durante a coleta e análise.

Essa abordagem permitiu reconstruir significados e identificar novas perspectivas sobre as práticas de Assistência Estudantil relacionadas à alimentação no IFPA *campus* Bragança.

Quadro 02: Unitarização realizada nos documentos analisados

Documento	Ano	*Corpus*	Unidades	Caterogia a *priori*
Plano de Trabalho da Assistência Estudantil	2015	80% do orçamento destinado ao edital auxílio alimentação/transporte que era realizado de forma conjunta. Valor do auxílio R $160,00.	Divisão orçamentária	Ações de assistência estudantil
Plano de Trabalho da Assistência Estudantil	2016	5.2 Ações a serem desenvolvidas para ano de 2016 [...] **Organizar, junto à comunidade do *campus*, ações para o funcionamento do Restaurante**. Auxílio alimentação/transporte – 80% do recurso planejado. Valor do auxílio R $220,00.	Planejamento de ações Divisão orçamentária	Ações para garantia de alimentação escolar Políticas públicas voltadas para a alimentação escolar
Plano estratégico de ações de permanência e êxito dos estudantes no IFPA/*campus* Bragança	2016	Propõe a ampliação das ações da AE para 100% dos discentes elegíveis.	Planejamento de ações	Ações de assistência estudantil
Editais de auxílios	2019	2019 – Excluído auxílio alimentação devido a universalização do atendimento dos alunos pelo Restaurante Estudantil inaugurado em outubro de 2018.	Ação de atendimento	Ações de assistência estudantil
Processos de solicitação de auxílios	2013 a 2023	Processos de ajuda de custo para visitas técnicas e eventos científicos. Orçamento para alimentação, considerando café da manhã, almoço ou somente descrito alimentação. Valores variados e nenhum critério descrito para análise de concessão.	Ação de atendimento	Ações para garantia de alimentação escolar

Resolução CONSUP IFPA nº 134/2012	2012	Regulamenta a política de assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA.	Planejamento de ações	Ações de assistência estudantil
Resolução CONSUP IFPA nº 147/2016	2016	Regulamenta a política de assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA.	Planejamento de ações	Ações de assistência estudantil
Resoluções CONSUP IFPA nº 07 e 08/2020	2020	Conjuga os auxílios em auxílio permanência ou Pessoa com Deficiência – PcD. A alimentação passa a ser dentro desses auxílios caso seja a necessidade maior do estudante. Podendo servir também para transporte, aquisição de material pedagógico, órtese e prótese ou outra necessidade do estudante para que ela permaneça nas atividades acadêmicas.	Planejamento de ações	Ações de assistência estudantil
Site IFPA *campus* Bragança	2009 a 2023	Relatórios de Gestão	Divisão orçamentária Ação de atendimento	Ações de assistência estudantil Ações para garantia de alimentação escolar Políticas públicas voltadas para a alimentação escolar
Site IFPA	2009-2012, 2013-2016, 2017-2020 e 2021-2024	Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI	Planejamento de ações	Ações de assistência estudantil Ações para garantia de alimentação escolar Políticas públicas voltadas para a alimentação escolar
Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013 – Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências	2013	Programa vinculado ao programa de Assistência Estudantil pelo Decreto nº 7.234/2010, criado para viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; reduzir custos de manutenção de vagas em decorrência de evasão estudantil; e promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.	Ação de atendimento	Ações de assistência estudantil

Fonte: Arquivos Setor de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas. Organização dos autores, 2025.

Conhecendo as Políticas Públicas de Alimentação e de Assistência ao aluno

O conceito Políticas Públicas foi sendo moldado através de estudos acerca da temática. Políticas públicas são um conceito que vem inicialmente de observações de estudiosos norte-americanos trazendo o termo *policy analysis*, realizado por Laswell, em 1936, associando conhecimento analítico à produção das ações governamentais (Souza, 2006; Agum; Riscado; Menezes, 2015).

A assistência estudantil foi resultado de lutas sociais e mobilização de órgãos de defesa da educação em que foram discutidas as necessidades de apoio de estudantes de universidades que possuíam um perfil socioeconômico de baixa renda e de dificuldades em permanência nos cursos superiores. No ano de 2007 o Ministério da Educação criou a Política de Assistência Estudantil que já previa recursos para fomentar áreas como moradia, alimentação, transporte e outras necessidades de estudantes. Mas somente em 2010, a partir do Decreto 7234/2010 que a segurança jurídica se efetivou, para a continuidade das ações através do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Brasil, 2010; 2018; 2024).

Considerando o Decreto 7234/2010, ainda vigente e que foi quem conduziu as ações no período estudado, inclui os Institutos Federais e suas especificidades na abrangência do programa, ficou subentendido que o todo do público atendido pelos Institutos Federais receberia os benefícios e recursos ofertados pelo programa, e hoje a educação básica e a superior recebem recursos de assistência estudantil dentro destas instituições (Brasil, 2010; Taufick, 2013).

Com a característica dos Institutos Federais de atender a um público também de cursos de nível superior, o recurso da Assistência Estudantil foi providenciado para estas instituições, e segundo o decreto supracitado, as entidades recebedoras têm autonomia para ditar as regras de concessão e de ações, desde que respeitassem as preferências de atendimento relacionadas à renda per capta de até 1,5 salário-mínimo e origem de escolas pública (Brasil, 2010).

No Instituto Federal do Pará as duas Resoluções que regem as concessões de auxílio e normativas de ações são a nº 07 e 08 de 2020 do Conselho Superior – CONSUP. Seu conteúdo traz as ações que devem ser desenvolvidas dentro do programa, priorizando a moradia,

alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação) (Instituto Federal do Pará, 2020a, 2020b).

As ações deveriam considerar áreas estratégicas e as modalidades para as necessidades dos discentes com matrícula em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior. Devendo ter a seleção a cargo das IF's por meio de seleção prioritariamente por critérios socioeconômicos, visando viabilizar a "[...] igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (Brasil, 2007, p. 1).

No período analisado para a pesquisa o Decreto 7234/2010 conduziu as ações de assistência estudantil no IFPA *campus* Bragança. Nessa normativa a alimentação é uma das áreas a serem trabalhadas, com a possibilidade de oferta de auxílios com a finalidade de suprir demandas alimentares ou na oferta direta do alimento através de espaços como restaurantes e cantinas. Neste cenário a assistência estudantil anda em paralelo às ações de alimentação escolar, que na legislação vigente é garantida somente para a educação básica (Brasil, 2009).

No cenário geral do IFPA todos os *campi* executam o PNAES com ações majoritariamente na transferência de recursos financeiros direto ao aluno, através de concessão de auxílios moradia, alimentação, transporte, creche, saúde e mais recente condensado na nomenclatura de auxílio permanência, alternância ou pessoa com deficiência, que possuem o mesmo caráter. Além de outras formas de auxílio como pesquisa, extensão ensino (IFPA, 2023).

Com uma história de lutas por garantia da alimentação saudável enquanto direito humano e uma necessidade dentro do ambiente escolar, que se mistura com a luta de entidades pela regulamentação da profissão de graduação em Nutrição, o Programa que trata da alimentação escolar tem origem na década de 40. Na Constituição de 1988 consolidou a garantia pelo direito à alimentação saudável e desde então foi evoluindo com primeiramente o programa centralizado, chegando à legislação vigente de 2009, que trouxe a obrigatoriedade de que pelo menos 30% dos recursos sejam usados na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar local (Nero; Garcia; Almassy Júnior; 2022).

O marco legal para educação alimentar e nutricional (Brasil, 2012) coloca as escolas, creches, universidades, restaurantes universitários como instrumentos públicos que atuam na intersetorialidade para a EAN, sendo a educação uma das onze áreas. E as escolas técnicas e tecnológicas, bem como as universidades, como instrumentos sociais para a EAN.

Teo *et al*. (2018) trazem em seu texto sobre Alimentação escolar e agricultura familiar na interface saúde e ambiente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como a política pública de maior abrangência de alimentação e nutrição no Brasil atual, por se tratar de um programa universal para a rede básica de ensino, atingindo mais de 40 milhões de estudantes.

Dentre um dos principais desafios do PNAE está a questão orçamentária. O Observatório de Alimentação Escolar em uma nota técnica nº03/2024, documento elaborado a partir da FIAN Brasil - Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas e do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), faz um levantamento de necessidade de reajuste de forma anual para o recurso repassado pelo PNAE para assegurar minimamente o poder de compra com a correção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sendo essa recomposição partindo de 2010, estima-se o reajuste do orçamento para 2025 de R $5,7 bilhões para R $9,9 bilhões e para o caso de reajuste a partir de 2023, quando o valor foi corrigido, o aumento seria para cerca de R $6,2 bilhões (Observatório de Alimentação Escolar, 2024).

Este cenário de necessidade de reajuste sinaliza a escassez de recursos com que trabalham os profissionais envolvidos no PNAE e a Resolução FNDE nº 06/2020 traz doze capítulos e 78 artigos de normativas para serem executadas no programa por meio dos recursos ofertados (Brasil, 2020). Então partiu-se de um cenário com uma política pública que é fruto de engajamento social, uma evolução em pelo menos 60 anos de lutas e transformações movidos principalmente pela sociedade organizada em associações e entidades ligadas à defesa de direitos básicos em especial à alimentação de qualidade, em contrapartida, a efetividade do fomento para as ações demonstram-se insuficientes.

Dentro da região Amazônica os desafios ficam mais específicos, foi possível citar as dificuldades logísticas de acesso e da falta de estrutura de armazenamento devido à grande extensão territorial e os espaços ainda carentes de estruturas adequadas. Bem como outros pontos quando a necessidade de atendimento de hábitos culturais para públicos indígenas,

por exemplo, e mesmo para população de enorme diversidade cultural e a insipiente capacidade de produção local de pequenos agricultores ou empreendedores rurais. Os custos da alimentação ficam mais caros devidos as grandes distâncias percorridas para atendimento das demandas (Furtado, 2019 *apud* Dias *et al*., 2023).

Conforme já descrito, atualmente a política de alimentação escolar é regida pela Lei 11.947/2009 e regulamentada através da Resolução CD/FNDE nº 06/2020. Somando-se à Portaria interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006, que institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional, traz a relação das diretrizes da PNAN, quanto o direito humano à alimentação adequada e saudável, bem como sua promoção (Brasil, 2006a).

Outra base legal em que se fundamenta é associada também às estratégias da Organização Mundial da Saúde - OMS quanto à oferta prioritária da alimentação saudável às crianças e adolescentes; ao Programa de alimentação Escolar - PNAE que realiza a interconexão da alimentação saudável com práticas sustentáveis de produção e consumo de alimentos, incentivo aos pequenos agricultores, respeitando os hábitos e cultura regionais; e ainda, conectando com as bases curriculares nacionais no que se refere à inter-relação entre as áreas de estudo convergindo para temas em saúde ou sobre o que é saudável, por meio de hábitos e estilos de vida (Brasil, 2006b; Brasil, 2018).

No âmbito da legislação da educação, o trecho retirado do Capítulo III - Da proposta pedagógica e do currículo, item VIII, § 1º, demonstra a alimentação e nutrição como um campo de atuação das possibilidades dentro do processo de aprendizado.

> § 1º Os currículos devem incluir a abordagem transversal e integradora de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetem a vida humana em escala local, regional e global, observando-se a obrigatoriedade de temas tais como o processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação ambiental; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos e a educação digital, bem como o tratamento adequado da temática, entre outras, da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica, na perspectiva do desenvolvimento de práticas educativas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira (Brasil, 2018, p. 6).

Alimentação e nutrição são conceitos distintos, porém intimamente ligados. Alimentação traz em si uma rotina causada pela necessidade de repetição de consumo, de

alimentos. Consecutivamente para com a finalidade de sobrevivência e desenvolvimento humano. Já a nutrição envolve o complexo sistema de absorção, necessidade de estar abastecido de nutrientes para que os processos da digestão sejam completos. Sendo assim, a alimentação está naturalmente ligada à criação de hábitos alimentares (Prado *et al*., 2011).

Estes hábitos alimentares são influenciados por diversos fatores, como o meio, a conjuntura local e social, sendo assim, produto de uma construção histórica. Nesse sentido, o espaço de alimentação escolar é um grande formador, ou o espaço que possibilita a formação de hábitos alimentares.

Outro ponto importante da alimentação escolar é a transversalidade do tema, associando a questão saúde à direito social, desenvolvimento individual, dignidade humana, valorização regional e cultural, para além do "aluno alimentado, aprende mais e melhor". O tema é complexo e ramificado, chegando à diversas áreas de interesse humano e social.

A dimensão alimentação no IFPA campus Bragança

Na categoria Ações de assistência estudantil podemos sintetizar as informações coletadas no metatexto a seguir.

A partir da normatização do Programa de Assistência Estudantil no IFPA, ao final do ano de 2012, em 2013 se instituiu uma comissão para executar as ações e recursos destinados aos estudantes. Dentre as ações, as priorizações seguiram em transporte, moradia e alimentação, bem como apoio a atividades acadêmicas fora do campus como visitas técnicas, o que demandava o apoio financeiro para o deslocamento dos alunos, considerando custos com a alimentação para o período em que o estudante permanecia em atividade. Isso se dava através de transferência direta de recursos financeiros. Considerando que não havia o atendimento universal e que os critérios para concessão estavam atrelados somente ao pedido realizado pelo professor responsável, o qual definia o custo estimado necessário, a política não se demonstrou universal. Na mesma linha, reduzido a um número menor do que a demanda, de alunos em vulnerabilidade social, os auxílios também demonstraram-se limitados e destinados somente a uma pequena parcela do público estudantil.

Esse cenário estende-se até o ano de 2018, quando, após a inauguração do restaurante estudantil, é suspenso o repasse financeiro e inicia-se o atendimento com a oferta de refeições, com essa finalidade. Até abril de 2019, o atendimento ainda se demonstra limitado aos alunos selecionados. A partir desse período, o atendimento passa a ser universal ao

público estudantil, com a oferta de, pelo menos, um lanche com 30% das estimativas energéticas diárias. O cenário muda novamente para atendimento de um público específico em 2020 e 2021, com a entrega de kits de alimentação, aos alunos da educação básica somente, utilizando recursos PNAE. Após o retorno das atividades presencias, com a retomada gradativa após pandemia da COVID-19, há um período de ajustes para resoluções burocráticas de contratação de empresa, o que impede o atendimento por um período de 10 meses.

Nesse caminhar, em 2023, houve novamente atendimento universal, ou seja, atendimento de todos os discentes com pelo menos uma refeição lanche, através do restaurante estudantil.

Na categoria ação de atendimento foi possível sintetizar no metatexto a seguir.

Dentro das documentações e notícias observadas e analisadas, destaca-se que a oferta de auxílios com repasse financeiro sempre foram a principal atividade ofertada pela assistência estudantil no IFPA *campus* Bragança, não foram encontrados registros de atividades educativas mais abrangentes no sentido de atendimento à toda comunidade estudantil. Dessa forma é possível inferir que o PNAES atuou como uma política pública redistributiva que se limitada ao público priorizado pelas normativas e ainda assim, por questões orçamentárias, não atingia o público priorizado em sua totalidade.

Outra ação identificada foi a oferta de refeições tipo lanche e almoço através dos serviços prestados pelo restaurante estudantil que iniciou as atividades realizando os mesmos critérios de seleção para os auxílios, atingindo um público limitado à 400 pessoas. Somente no ano seguinte à sua inauguração houve a ampliação do atendimento atingindo não somente o público prioritário, mas a totalidade da comunidade, o que se manteve durante todo os períodos de funcionamento registrados pelo restaurante, de 2019 até março de 2020, quando houve pausa nos atendimentos devido à pandemia, retornou em agosto de 2022, após dificuldades de retorno do contrato, necessitando de nova licitação para as atividades retornarem.

No período pandêmico, houve registro de atendimento através do PNAE com a distribuição de kits de alimentação com duas parcelas em 2020, atendendo cerca de 191 discentes e 3 parcelas em 2021, atendendo cerca de 225 discentes. Os kits foram montados com um planejamento de refeições para 15 dias, pesando cerca de 4 kg de proteínas, mais 11 kg aproximadamente de produtos *in natura* ou minimamente processados. Com as características descritas, é possível ver que os kits foram minimizadores da emergência vivida

na pandemia, mas não foi possível manter uma regularidade no fornecimento devido o limitante orçamentário. Porém, conseguiu-se reunir itens regionais e realizar o papel de fomentador da economia local da agricultura familiar.

O período citado e a ação de entrega de kits foram o único efetivamente observado através do PNAE executado pelo IFPA *campus* Bragança no período estudado.

Na categoria "Ações para garantia de alimentação escolar", resumiu-se na seguinte reflexão.

Tanto as ações de concessão de auxílio quando a oferta propriamente dita, que observou-se nos registros da assistência estudantil, são materialização de ações em prol da alimentação escolar, o que se observa é que as ações não conseguem ser sempre mantidas ou não se pode confirmar a concretização delas através do repasse financeiro, no caso dos auxílios. Outro ponto relevante é a falta de registro para ações educativas que são preconizadas dentro do PNAE e que também podem ser realizadas através de ações do PNAES, levantando questionamentos sobre quais impedimentos geram esse fato.

Mesmo o restaurante estudantil apresenta momentaneamente algumas falhas devido demora nos processos de licitação para a contratação de empresa, já que a realidade de pouco quadro de servidores para efetivar o gerenciamento do espaço resulta em uma necessidade de terceirização que demanda processos licitatórios.

Considerações finais

Em resumo, as observações da evolução da história da dimensão da alimentação no IFPA *campus* Bragança aqui descrita ainda gera algumas discussões e dúvidas. Em geral, pontos como limitações orçamentárias, quadro reduzido de servidores, infraestrutura, limitações com fornecedores e vários outros pontos podem ser discutidos em outros estudos para avaliar de forma mais integralizada.

Diante das possibilidades das políticas estudadas, para além de limitações orçamentárias, observa-se a necessidade de ampliação de ações de educação alimentar, que são demasiadamente importantes, como a oferta da alimentação física, pois o processo de alimentar-se vai além do nutricional, e ainda é necessário o ensinar a comer e a realizar escolhas fora dos muros da instituição, bem como incentivar processos de mudanças de hábitos que fortaleçam a economia local, incentivem a produção de alimentos no território próximo, possibilitando melhores alimentos e preços e consequentemente, maior acesso e

qualidade da alimentação, convergindo assim, para a promoção do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas - DHANA.

Este recorte de pesquisa se propôs a reconstituir a trajetória da alimentação no IFPA *campus* Bragança em seus 15 anos de atividades entregando essa história. A falta de arquivos de determinados períodos, inexistência de registros de relatórios e de fotografias, páginas de sites com informações limitadas foram limitações que podem ter interferido nessa construção. Portanto, faz-se necessário que a temática continue sendo estudada não somente neste instituto, mas nos demais *campi*, para retratar a realidade da instituição, visando ajustar as ações e caminhar para a formação integral de seus alunos, o que é parte essencial dentro da educação profissional e tecnológica.

Referências

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**, São Carlos, v. 3, n. 2, jul./dez. 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. 2006a. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL, Casa Civil. **Lei No 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN. Brasília: Casa Civil, 2006b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL, Casa Civil. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Lei 11.947, de 16 junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília: FNDE, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL, Casa Civil. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 64, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010**. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Série B. Textos básicos de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 84p.

BRASIL, Ministério da Educação - MEC. **Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018**. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº15/2017. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104101-rcp004-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 38. Brasília: FNDE, 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972. Acesso em: 02 maio 2023.

BRASIL. Senado Federal. Política Nacional de Assistência Estudantil é aprovada na CE e segue para Plenário. **Senado Notícias**, 21 maio 2024. Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/05/21/politica-nacional-de-assistencia-estudantil-e-aprovada-na-ce-e-segue-para-plenario. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRITO, Jaqueline Almeida; SARAIVA, Joecylene Santos; SILVA, Juliana Silva. Região de integração do rio caeté: uma visão socioeconômica e histórico cultural do município de Bragança-pa. **Revista GeoAmazônia**, v. 07, n. 13, p. 168–182. Belém: UFPA, 2019.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita. **História da alimentação escolar no Brasil**: algumas questões sobre políticas públicas educacionais, cultura escolar e cultura alimentar. In: ANPU - 30º Simpósio Nacional de História. ANPU: Recife, 2019. Disponível em 1711357200_69cbadefbde93e90fdee44d61ad9ff2d.pdf (anpuh.org.br). Acesso em 01/05/2024.

CORREA, Romão. **O processo de implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que atuam no estado do Rio Grande do Sul**: atores, contextos e quadros normativos. Tese (Doutorado). 276 f. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213070. Acesso em 26/5/2024.

DIAS, André Petzhold; OLIVEIRA, Elisangela Leitão; CARNEIRO, Leandro Marcondes. Aquisição de produtos da agricultura familiar na Amazônia pelo PNAE: Benefícios na segurança alimentar. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 8, 2023.

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, CONSUP - Conselho Superior IFPA. **Resolução 07 de 08 de janeiro de 2020**. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Belém: IFPA, 2020a. Disponível em: https://proppg.ifpa.edu.br/normativas/2033-resolucao-n-07-2020-assistencia-estudantil/file. Acesso em: 18 maio 2024.

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, CONSUP - Conselho Superior IFPA. **Resolução 08 de 08 de janeiro de 2020**. Regulamenta a concessão de auxílios da assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Belém: IFPA, 2020b. Disponível em: https://belem.ifpa.edu.br/docpublic/2021/novembro-2/899-resolucao-consup-ifpa-08-2020/file. Acesso em: 18 maio 2024.

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. **Memorial de Gestão 2015 – 2022.** Belém: IFPA, 2023. Disponível em: https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/memorial-de-gestao-2015-2022/6355-memorial-de-gestao-ifpa-2015-2022-1/file. Acesso em: 24 mar. 2025.

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Institucional. ***Site.*** Conheça o IFPA. [Belém]: IFPA, 2024. Disponível em: https://ifpa.edu.br/ultimas-noticias/2324-conheca-o-ifpa. Acesso em: 28 mar. 2025.

KONO, Claudia M.; LUZ, Maurício R. M. P. Trajetória das políticas de educação alimentar e nutricional no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 22, 2024, e02587240. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2587. Acesso em: 03 de maio de 2024.

LIMA, Dhessica da Silva; CARDOSO, Sergio Ricardo Pereira. Memórias sobre o processo de implantação do IFPA campus Bragança. **IGAPÓ** - Revista de Educação Ciência e Tecnologia do IFAM, Manaus, v. 15, p. 23-40, 2021.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise Textual Discursiva: processo constitutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, São Paulo, v.12, n.1, p. 117-128, abr. 2006. São Paulo: UNESP, 2006.

NASCIMENTO, Matheus Monteiro; CAVALCANTI, Cláudio José de Holanda; OSTERMANN, Fernanda. Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, n. 257, p. 120-145, jan./abr. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2020.

NERO, Dario da Silva Monte; GARCIA, Rosineide Pereira Muraback; ALMASSY JUNIOR, Alexandre Americo. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir da sua gestão de descentralização. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 31, n. 118, p. 1-23, jan./mar. 2023.

PACHECO, Eliezer (org.). **Os Institutos Federais:** uma revolução na Educação profissional e tecnológica. Fundação Santillha. Brasília/São Paulo: Editora do Moderna, 2011. Disponível em: https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf. Acesso em: 22 abr. 2024.

PRADO, Shirley; BOSI, Maria Lucia Magalhães; CARVALHO, Maria Claudia Veiga Soares de; GUGELMIN, Silvia Ângela; MATTOS, Ruben Araújo de; CAMARGO JUNIOR, Kenneth Rochel; KLOTZ, Juliana; DEKMASCHIO, Karen Levy; MARTINS, Myriam de Lima Ramagem. Alimentação e nutrição como campo científico autônomo no Brasil: conceitos, domínios e projetos políticos. **Revista de Nutrição**, São Paulo, v. 24, a. 6, p. 927-937, nov./dez. 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. Cidade de porte médio de importância histórica: particularidades de Bragança no Nordeste do Pará. **Caderno de Geografia,** Belo Horizonte, v. 28, n. 52, 2018.

SILVA, Diego Rafael. **Política pública de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**: relação dos gastos empreendidos e os índices de permanência e evasão dos alunos. 2018. 88 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2018.

SOARES, Priscila da Silva; AMARAL, Cledir de Araújo; FERREIRA, Edilene da Silva. Políticas De Assistência Estudantil E Educadores Não Docentes Nos Institutos Federais De Educação, Ciência E Tecnologia, **Educação em revista**, Belo Horizonte, n. 38, 2022.

SOUZA, Celina. A Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação,** v. 30, n. 1, p. 181-201, jan./abr. 2014.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda; BUSATO, Maria Assunta; CORRALO, Vanessa da Silva; LUTINSKI, Junir Antonio; VIEIRA, Giseli Assumpção. Alimentação escolar e agricultura familiar na interface saúde e ambiente. *In*: Silvestre, Luciana Pavowski Franco (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil Exploração e Diagnóstico**. Ponta Grossa – PR: Atena Editora, 2018. p. 56 – 67.

OBSERVATÓRIO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – OAE. N**ota técnica nº03/2024** – Em defesa do Reajuste do PNAE no projeto de orçamento da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025. 2024. Disponível em: https://alimentacaoescolar.org.br/acervo/nota-tecnica-03-2024-em-defesa-do-reajuste-do-pnae-no-projeto-de-lei-orcamentaria-anul-loa-2025/. Acesso em: 31 jan. 2025.

Sobre os autores

Nashara Gleyce Farias Leão
Possui graduação em Nutrição pela Universidade da Amazônia, especialista em Tecnologia de Alimentos e em Nutrição clínica: metabolismo e prática pela Universidade Estácio de Sá. Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. Atualmente é nutricionista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Tem experiência na área de Nutrição em saúde pública, atuando na Atenção Primária em Saúde por 4 anos. Atualmente atua no IFPA *campus* Bragança com alimentação escolar e alimentação coletiva.
E-mail: nashara.leao@ifpa.edu.br
ORCID: https://orcid.org/0009-0006-1173-3957

Sergio Ricardo Pereira Cardoso
Licenciado em História pela Universidade Católica de Pelotas- UCPEL; Especialização em Memórias, Identidade e Cultura Material pela Universidade Federal de Pelotas; Especialização em Filosofia Moral e Política pela UFPel; Mestrado em Educação (História da Educação) pela UFPel; e Doutorado em Educação (História da Educação) pela UFPel. É Professor Titular e pesquisador do IFPA *campus* Bragança, onde é líder de grupo de pesquisa ETTHOS; Docente efetivo no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no IFPA *campus* Belém, onde também é vice-líder do GEPTAM.
E-mail: sergio.ricardo@ifpa.edu.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5634-5604

Recebido em: 08/06/2025
Aceito para publicação em: 24/03/2026